

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A RendimentoPay Instituição de Pagamento S.A. em observância ao disposto na Resolução BCB nº 2 de 12/08/2020 e BCB nº 236 de 17/02/2022, vem entregar sua carta de Apresentação, juntamente com as Demonstrações Financeiras Individuais, relativa ao semestre findo em 31/12/2024, conforme relação de documentos descritos a seguir:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras;
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstração dos Resultados;
- Demonstração dos Resultados Abrangentes;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa; e
- Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Divulgação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras individuais foram aprovadas pela Administração em 13/03/2025 e estão disponíveis no endereço eletrônico da RendimentoPay, em <https://www.rendimentopay.com.br/demonstracoes-financeiras/>.

Termo declaratório da Alta Administração

Reconhecemos que, como membros da Administração da RendimentoPay, somos responsáveis pela apresentação adequada de suas demonstrações financeiras e temos ciência quanto a responsabilidade pelo conteúdo dos documentos apresentados neste arquivo.

Assinado digitalmente por:
SILVIO CESAR FERREIRA
CPF: 118.276.158-50
Data: 20/03/2025 09:26:35 -03:00



Assinado digitalmente por:
FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA
CPF: 476.717.260-87
Data: 20/03/2025 12:03:26 -03:00



Esse documento foi assinado por SILVIO CESAR FERREIRA e FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://assinador.interfy.io/validate/Y5LPJ-ME964-P5VS8-Y2WR8>





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: Y5LPJ-ME964-P5VS8-Y2WR8

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✓ SILVIO CESAR FERREIRA (CPF 118.276.158-50) em 20/03/2025 09:26 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil
- ✓ FLAMINIO OLIVEIRA FERREIRA (CPF 476.717.260-87) em 20/03/2025 12:03 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://assinador.interfy.io/validate/Y5LPJ-ME964-P5VS8-Y2WR8>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://assinador.interfy.io/validate>

Rendimento/pay

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024



Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Semestre e Exercício
Findos em 31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.



Índice

Relatório da Administração	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	5
Demonstração dos resultados.....	6
Demonstração do resultado abrangente.....	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Mensagem da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

O exercício de 2024 foi marcado por um cenário macroeconômico desafiador, influenciado pelas expectativas relacionadas às reformas estruturais propostas pelo governo e legislativo, impactos dos conflitos geopolíticos globais e a aceleração das transformações tecnológicas, em especial no âmbito da inteligência artificial, trazendo inovações que desafiam os ambientes de controle e operacional, com soluções significativas para a gestão dos negócios, na manutenção e criação de produtos e serviços.

Nesse contexto, a Rendimento/Pay manteve o compromisso de intensificar a modernização nos ambientes operacional e de controle, com foco em estratégias de negócios inovadores e priorização de investimentos em tecnologia e capital humano. Essas iniciativas tiveram por objetivo garantir a solidez financeira da Instituição e às expectativas de seus acionistas, clientes e demais partes interessadas.

A Instituição

A Rendimento/Pay Instituição de Pagamento S.A., atua no mercado de soluções de pagamento, subadquirência, cartões de crédito e pré-pagos (cartões de viagem, ações promocionais de incentivo e pagamentos diversos), gerenciamento de comissões de autônomos e de projetos customizados, gestão de gastos corporativos e de pagamentos via Pix para vendas realizadas em estabelecimentos comerciais no Exterior.

Riscos e Controles Internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se disseminado por toda Instituição, com estrutura alinhada à natureza das operações e aderentes às melhores práticas, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante à exposição aos riscos.

A área de Riscos, Capital e Controles Internos atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, de forma independente e em perfeita sintonia na geração e preservação de valor econômico da Instituição.

Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras, da Rendimento/Pay Instituição de Pagamento S.A., do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração da Rendimento/pay agradece aos seus clientes e parceiros pela confiança e aos colaboradores pelo empenho.

A Administração



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. (“Instituição”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Victor Vinicius Zanetti Zevagli
Contador
CRC nº 1 SP 289692/O-4

Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2024	2023
Ativo			
Ativo circulante		114.750	105.871
Disponibilidades	4	7.233	13.376
Instrumentos financeiros		90.051	80.285
Títulos e valores mobiliários	5	90.051	80.285
Outros ativos	6	15.316	10.766
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(64)	(45)
Ativos fiscais correntes	6	2.213	1.489
Ativo não circulante		7.733	8.394
Outros ativos	6	404	380
Ativos fiscais correntes	6	294	209
Ativos fiscais diferidos	11c	2.331	1.811
Imobilizado de uso		8.512	8.178
Intangível		7.797	7.803
Depreciações e amortizações		(11.606)	(9.988)
Imobilizado de uso		(7.075)	(6.339)
Intangível		(4.531)	(3.649)
Total do ativo		122.483	114.265
Passivo			
Passivo circulante		106.966	99.714
Depósitos e demais instrumentos financeiros		80.147	70.763
Depósitos	7	68.988	62.094
Outros passivos financeiros	8	11.159	8.669
Outros passivos	9	23.932	26.694
Obrigações fiscais correntes	10	2.886	2.257
Passivo não circulante		2.899	3.448
Outros passivos	9 e 19	2.899	3.448
Patrimônio líquido	13	12.617	11.103
Capital social		6.000	6.000
Reserva de lucros		6.647	5.108
Ajustes de avaliação patrimonial		(30)	(5)
Total do passivo		122.483	114.265

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A Demonstração do Resultado

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2º semestre	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Receita da intermediação financeira		4.632	8.782	9.867
Resultado de títulos e valores mobiliários		4.632	8.782	9.867
Despesas da intermediação financeira		(20)	(19)	(23)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(20)	(19)	(23)
Resultado bruto da intermediação financeira		4.612	8.763	9.844
Outras receitas/despesas operacionais		(707)	(5.666)	(8.883)
Receita de prestação de serviços	14	31.638	60.594	51.178
Despesas de pessoal	15	(13.132)	(27.042)	(25.150)
Outras despesas administrativas	16	(10.217)	(22.039)	(17.726)
Despesas tributárias	17	(3.889)	(7.548)	(6.399)
Outras receitas operacionais	18a	5.829	11.393	10.248
Outras despesas operacionais	18b	(10.935)	(21.024)	(21.035)
Resultado operacional		3.905	3.097	961
Outras receitas e despesas		(1)	(3)	(2)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		3.904	3.094	959
Imposto de renda e contribuição social	11	(1.243)	(999)	(40)
Imposto de renda		(636)	(1.113)	(389)
Contribuição social		(218)	(394)	(152)
Ativo fiscal diferido		(389)	508	501
Lucro líquido		2.661	2.096	919
Quantidade de ações		6.000.000	6.000.000	6.000.000
Lucro básico e diluído em R\$ por ação		0,44	0,35	0,15

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.





Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

	2º semestre 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Lucro líquido	2.661	2.096	919
Outros resultados abrangentes	(16)	(25)	37
Ajustes de avaliação patrimonial			
Títulos e valores mobiliários disponíveis para venda	(24)	(37)	56
Impostos diferidos sobre ajustes de avaliação patrimonial	8	12	(19)
Resultado abrangente	2.645	2.071	956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rendimentopay Instituição de Pagamento S.A
Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Capital Realizado	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros/ acumulados	Total
			Legal	Outras			
Saldos em 31 de dezembro de 2022	13	6.000	572	4.555	(41)	-	11.086
Lucro l�quido do exerc�cio		-	-	-	-	919	919
Ajuste de avalia�o patrimonial		-	-	-	37	-	37
Constitui�o de reserva legal		-	46	-	-	(46)	-
Constitui�o de reserva especial de lucros		-	-	89	-	(89)	-
Distribui�o de dividendos		-	-	(155)	-	-	(155)
Juros sobre o capital pr�prio		-	-	-	-	(784)	(784)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		6.000	618	4.489	(4)	-	11.103
Lucro l�quido do exerc�cio		-	-	-	-	2.096	2.096
Ajuste de avalia�o patrimonial		-	-	-	(25)	-	(25)
Constitui�o de reserva legal		-	104	-	-	(104)	-
Constitui�o de reserva especial de lucros		-	-	1.436	-	(1.436)	-
Juros sobre o capital pr�prio		-	-	-	-	(556)	(556)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		6.000	722	5.925	(29)	-	12.618
Saldos em 30 de junho de 2024	13	6.000	618	4.489	(17)	(566)	10.524
Lucro l�quido do semestre		-	-	-	-	2.661	2.661
Ajuste de avalia�o patrimonial		-	-	-	(12)	-	(12)
Constitui�o de reserva legal		-	104	-	-	(104)	-
Constitui�o de reserva especial de lucros		-	-	1.436	-	(1.436)	-
Juros sobre o capital pr�prio		-	-	-	-	(556)	(556)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	13	6.000	722	5.925	(29)	-	12.618

As notas explicativas são parte integrante das demonstra es financeiras.

	Notas	2º semestre de 2024	Exercícios de 2024	Exercícios de 2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		4.027	7.276	5.073
Lucro líquido		2.661	2.096	919
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa líquido		1.366	5.180	4.154
Atualização monetária contingências		155	317	558
Atualização monetária depósitos judiciais	18b	(27)	(100)	(235)
Depreciações e amortizações	16	1.183	4.023	2.774
Impostos correntes	11a	854	1.507	541
Impostos diferidos	11a	389	(508)	(501)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		20	19	23
Provisões/ (reversões) operacionais		(1.208)	(78)	994
(Aumento) / redução em ativos e Aumento/ (redução) de passivos		440	(10.130)	5.810
Títulos e valores mobiliários		(8.138)	(9.790)	6.836
Depósitos		6.662	6.894	1.321
Outros passivos financeiros		2.293	2.490	(9.470)
Outros ativos		(2.981)	(4.892)	(2.469)
Ativos fiscais		1.613	94	19
Outros passivos		1.893	(3.132)	10.270
Obrigações fiscais correntes e diferidas		115	(463)	(282)
Impostos pagos (IRPJ e CSLL)		(1.017)	(1.331)	(415)
Caixa líquido (aplicado) /gerado em atividades operacionais		4.467	(2.854)	10.883
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Alienação de imobilizado de uso		1	3	-
Alienação de intangível		-	-	102
Aquisição de imobilizado de uso		(428)	(434)	(212)
Aquisição no intangível		(1.999)	(2.302)	(806)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de investimentos		(2.426)	(2.733)	(916)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Juros sobre o capital próprio pagos	13b	(556)	(556)	(784)
Dividendos Pagos	13b	-	-	(155)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamentos		(556)	(556)	(939)
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.485	(6.143)	9.028
Demonstração da variação de caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercícios	4	5.748	13.376	4.348
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercícios	4	7.233	7.233	13.376
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa		1.485	(6.143)	9.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Rendimento Pay Instituição de Pagamento S.A **Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido**

Semestre findo em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Rendimento/Pay Instituição de Pagamentos S/A ("Instituição" ou "Rendimento/pay") localizada na Avenida das Nações Unidas, n  8.501 – 16  andar, integrante do Grupo Rendimento, é uma sociedade an nima e tem por objetivo oferecer serviç os de cartões pré-pagos em moeda nacional e estrangeira, emissão de moeda eletrônica, gestão de recebíveis de cartões de crédito e débito, comissões mobiliários, bem como outras atividades permitidas para instituições desta natureza.

2. Apresenta o das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

A partir das demonstrações financeiras elaboradas em 2020, foram incluídos nas divulgações da Rendimento/pay, os procedimentos constantes da Resolução BCB n  2/20. Seguem as principais alterações implementadas: os saldos do Balanço Patrimonial comparativamente com os saldos do período social imediatamente anterior e as demais demonstrações comparadas com o mesmo período anterior, e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 13 de març o de 2025.

3. Sumário das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira.

b) Moeda funcional

As demonstrações financeiras da Rendimento/pay Instituição de Pagamentos Ltda. estão representadas em Reais (R\$), que   sua moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez e títulos e valores mobiliários classificados na carteira própria, com vencimento igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudanç a de valor e limites.

d) Títulos e valores mobiliários

De acordo com o estabelecido pela Circular n  3.068/01, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação: são adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;



Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

- Títulos mantidos até o vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido, deduzido dos efeitos tributários.

A mensuração a valor justo de títulos consiste na avaliação desses instrumentos com base nos preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, considerando a data de mensuração. O preço cotado em um mercado ativo é reconhecido como a evidência mais confiável para a determinação do valor justo e deve ser utilizado sem ajustes, sempre que disponível. A classificação do valor justo é estruturada em três níveis hierárquicos, conforme descrito a seguir:

- Nível 1: Preços cotados em mercados ativos para o mesmo instrumento, sem necessidade de ajustes ou estimativas adicionais.
- Nível 2: Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos similares, ou valores obtidos por meio de métodos de avaliação, como o método de "Fluxo de Caixa Descontado", em que todos os inputs significativos são baseados em dados observáveis de mercado.
- Nível 3: Técnicas de avaliação em que os inputs significativos não são observáveis no mercado, exigindo estimativas e pressupostos baseados em informações disponíveis.

No caso específico dos títulos presentes no Rendimentopay, estes estão classificados nos Níveis 1 da hierarquia de valor justo. Isso significa que o valor é calculado multiplicando o preço cotado de cada título individual pela quantidade detida pelo Banco, sem a necessidade de ajustes adicionais. Essa abordagem assegura maior confiabilidade e transparência na mensuração, uma vez que se baseia diretamente em dados de mercado observáveis e verificáveis.

e) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos, destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercido com essa finalidade.

Os bens estão registrados pelo custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada.

A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens.

f) Intangível

São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - (*Impairment*)

O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução BCB nº 120 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 25% aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 9% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração.

i) Outros ativos

Correspondem aos valores a pagar as Bandeiras Visa e Mastercard, relativos as transações de pagamento e estão registradas pelo valor de liquidação.

j) Depósitos

Correspondem aos saldos de moeda eletrônica mantidos em contas de pagamento pré-pagas, para os quais não há remuneração.

k) Outros passivos financeiros

Correspondem aos valores a liquidar com as bandeiras, relativos as transações de pagamento, registradas pelo valor a ser liquidado.

l) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução BCB nº 09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:

(i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

(ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.

(iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente.

m) Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

n) Eventos subsequentes

São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados basicamente pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

o) Resultados recorrentes e não recorrentes

Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros.

p) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Norma	Vigência
Resolução CMN nº 4.966/21 (Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil); e Lei nº 14.467/22 (Dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil).	01/01/2025
Resolução BCB 352/23 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) e sobre os procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros, a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central. A Administração considerou os impactos e alterações necessárias para atendimento dessas normas.	

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Resolução CMN nº 4.975/2021 e atualizações trazidas pela Resolução CMN nº 5.101/2023 - Estabelece a observância ao Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) - Arrendamentos, no reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banco adotará de forma prospectiva a aplicação da referida norma, conforme § 5º da referida Resolução, para os contratos a serem celebrados a partir de janeiro de 2025.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Disponibilidades em moeda nacional	7.233	13.376
Total	7.233	13.376

5. Títulos e valores mobiliários

a) Composição por classificação

	2024			2023		
	Valor de Curva	Ajustes a Mercado ⁽¹⁾	Valor de Mercado	Valor de Curva	Ajustes a Mercado	Valor de Mercado
Títulos para negociação						
Carteira própria – Livres	14.368	-	14.368	10.450	-	10.450
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas - (Nota 12)	14.368	-	14.368	10.450	-	10.450
Total de títulos para negociação	14.368	-	14.368	10.450	-	10.450
Títulos disponíveis para venda						
Vinculados a prestação de garantias⁽²⁾	75.728	(45)	75.683	69.843	(7)	69.835
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	75.728	(45)	75.683	69.843	(7)	69.835
Total títulos disponíveis para venda	75.728	(45)	75.683	69.843	(7)	69.835
Total de títulos e valores mobiliários	90.096	(45)	90.051	80.293	(7)	80.285

(1) Os títulos públicos, custodiados no Selic foram ajustados a valor de mercado, sendo efetuada a comparação com as taxas divulgadas pela ANBIMA e classificados no nível 1 da hierarquia de valor justo, em contrapartida à conta de ajuste de valor patrimonial, na mutação do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, perfazendo o montante de perda não realizada de R\$ 45 (ganho de R\$ 64 em 31 de dezembro de 2023).

(2) Garantias para lastro das operações de contas pré-pagas.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Composição por vencimento

	2024		2023
	Sem vencimento	Até 3 meses	Total
Títulos para negociação			
Certificado de depósito bancário (CDB) – Ligadas (Nota 12)	14.368	-	14.368
Títulos disponíveis para venda			
Letras financeiras do tesouro (LFT)	-	75.683	75.683
Total	14.368	75.683	90.051
			80.285

6. Outros ativos

	2024	2023
Circulante		
<u>Outros ativos</u>		
Subadquirência	11.422	8.427
Rendas a receber	2.769	912
Valores a receber - ligadas - (Nota 12)	885	1.233
Devedores diversos – no país	81	11
Adiantamento de salários	8	87
Despesa antecipada	1	1
Outros ⁽ⁱ⁾	150	94
<u>Ativos fiscais correntes</u>		
Impostos e contribuições a compensar	2.213	1.489
Total do circulante	17.529	12.255
Não circulante		
<u>Outros ativos</u>		
Devedores por depósito em garantia - (Nota 19b)	388	380
Caução Cartão de Crédito	16	-
<u>Ativos fiscais correntes</u>		
Impostos e contribuições a compensar	294	209
Total do não circulante	698	589
Total	18.227	12.844

(i) Saldo contas pré-pagas

7. Depósitos

	2024	2023
Circulante		
Contas de pagamento pré-pagas sem remuneração	68.988	62.094
Total do circulante	68.988	62.094

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

8. Outros passivos financeiros

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Valores a pagar bandeiras	11.159	8.669
Total do circulante	<u>11.159</u>	<u>8.669</u>

9. Outros passivos

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	3.851	3.465
Comissões a repassar	15.723	12.596
Intermediação de pagamentos	1.738	1.670
Sociais e estatutárias	1.082	795
Credores diversos no país ⁽ⁱ⁾	1.283	7.767
Valores a pagar - sociedades ligadas - (Nota 12)	255	401
Total do circulante	<u>23.932</u>	<u>26.694</u>
Não circulante		
Provisão para contingências - (Nota 19b)	2.899	3.448
Total do não circulante	<u>2.899</u>	<u>3.448</u>
Total	<u>26.831</u>	<u>30.142</u>

i) Refere-se basicamente a saldos a liquidar operações de cartões e câmbio.

10. Obrigações fiscais correntes e diferidas

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Circulante		
Impostos e contribuições a recolher	2.886	2.257
Total do circulante	<u>2.886</u>	<u>2.257</u>

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Valores correntes	(854)	(1.507)	(540)
IR e CSLL no País – Corrente	(854)	(1.507)	(540)
Valores diferidos			
Ativo fiscal diferido	(389)	508	501
Diferenças temporárias	(389)	508	501
Total	(1.243)	(999)	(40)

b) Conciliação dos Encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Resultado antes dos tributos e participações	3.904	3.094	959
Encargo total do IR (25%) e CSLL (9%)	(1.328)	(1.052)	(327)
Encargos sobre JCP	189	189	267
Outros valores	(104)	(136)	20
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	(1.243)	(999)	(40)

c) Créditos tributários

Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações no exercício:

Descrição	2023	Constituição	(Realização)	2024
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	15	12	(5)	22
Provisão para contingências	1.172	141	(328)	986
Outros ⁽¹⁾	623	1.641	(940)	1.324
Total	1.810	1.794	(1.273)	2.331

(1) (Provisão para pagamentos a efetuar - R\$592mil); (Provisão Intangíveis - R\$497mil); (Gratificações Gerentes e Diretoria - R\$219mil) e (MTM - R\$16mil)

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerá dentro do prazo permitido pela Resolução BCB nº 15 de 17/09/2020, condicionados à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis não restando a inclusão de créditos oriundos de outras naturezas na posição.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2025	2026	2027	2028	2029	Total
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito	2	3	3	3	11	22
Provisão para contingências	695	73	73	73	73	986
Provisões diversas a pagar	749	273	104	99	99	1.324
Total	1.446	347	179	175	183	2.331
Valor presente	1.228	139	129	110	110	1.717

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R\$ 1.717 utilizada a taxa de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

12. Transações com partes relacionadas

a) Saldo das transações

As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	2º semestre		2024		2023
	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)	Ativo/ (Passivo)	Receita/ (Despesa)
Cartões pré-pagos	4.721	630	7.028	832	1.507
Cotação DTVM S.A. (Nota 14)	450	37	845	(263)	736
Banco Rendimento S.A.	4.271	593	6.183	1.095	771
Disponibilidades	-	7.146	-	12.912	-
Banco Rendimento S.A.	-	7.146	-	12.912	-
Certificado de depósito bancário	992	14.368	1.741	10.450	1.601
Banco Rendimento S.A. - (Nota 5)	992	14.368	1.741	10.450	1.601
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	(1.237)	-	(2.426)	-	(2.468)
Cotação DTVM S.A.	6	-	-	-	(13)
Banco Rendimento S.A.	(1.243)	-	(2.426)	-	(2.456)
Correspondentes	-	94	-	169	-
Banco Rendimento S.A. - (Nota 9)	-	94	-	169	-

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

b) Remuneração da Administração

Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição. A Rendimento/pay incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2024	2023
Remuneração fixa	1.324	735
Remuneração variável	59	130
Encargos sociais	367	165
Total	1.750	1.030

A Rendimento/pay não oferece benefícios de longo prazo, pós-emprego, rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

13. Patrimônio líquido

A Rendimento/pay é regida subsidiariamente pela lei das Sociedades Anônimas – Lei nº 6.404/76.

a) Capital social

O capital social totalmente integralizado é de R\$ 6.000, representado por 6.000 ações nominativas, sendo 3.000 ordinárias e 3.000 preferenciais, sem valor nominal.

b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos está sujeita à proposta da Diretoria, mediante assembleia geral dos acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros. No exercício findo em 31-de dezembro de 2024 não houve deliberação para distribuição de dividendos (R\$ 155 em 31 de dezembro de 2023).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram pagos juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 556 mil, referentes ao exercício de 2024 (R\$ 784 mil em 31 de dezembro de 2023), aprovados em Assembleia realizada em 29 de outubro de 2024. O benefício fiscal decorrente da distribuição de juros sobre o capital próprio reduziu os encargos de imposto de renda e contribuição social no exercício de 31 de dezembro de 2023 no valor R\$ 251.

c) Reservas de lucros

Outras Reservas: composta por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano e aval da assembleia caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

14. Receitas de prestação de serviços

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Intermediação de pagamentos	13.597	26.494	15.181
Contas pré-pagas	11.522	23.407	18.219
Transações de pagamento	5.078	8.047	13.134
Prestação de serviços – ligadas - (Nota 12)	463	845	762
Outros serviços	978	1.801	3.882
Total	31.638	60.594	51.178

15. Despesas de pessoal

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Proventos	7.193	14.686	14.308
Encargos sociais	2.752	5.610	5.177
Benefícios	2.485	4.818	4.532
Honorários	702	1.383	865
Outras	-	545	267
Total	13.132	27.042	25.149

16. Outras despesas administrativas

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Processamento de dados	6.978	13.250	10.572
Depreciação/Amortização	1.183	4.023	2.774
Aluguéis	555	1.119	1.081
Transportes	93	682	171
Propaganda e publicidade	174	602	465
Serviços técnicos especializados	287	443	534
Comunicações	153	370	760
Serviços do sistema financeiro	117	228	219
Manutenção e conservação de bens	96	190	145
Serviços de terceiros	39	54	129
Condomínio	9	24	166
Outras despesas administrativas	533	1.054	710
Total	10.217	22.039	17.726

17. Despesas tributárias

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Cofins (7,60%)	2.140	4.133	3.303
ISS (2% a 5%)	1.041	2.007	1.662
PIS (1,65%)	254	530	739
Outras	454	878	696
Total	3.889	7.548	6.399

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

18. Outras receitas e despesas operacionais

a) Outras receitas operacionais

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Arbitragem cartões pré-pagos	3.389	6.040	5.119
Produção de vendas	1.028	3.243	3.079
Reversão de provisões operacionais	525	540	534
Recuperação de despesas	248	401	350
Outras	639	1.169	1.165
Total	5.829	11.393	10.248

b) Outras despesas operacionais

	2º semestre de 2024	Exercício de 2024	Exercício de 2023
Comissões sobre intermediação de pagamento	5.286	10.117	7.307
Processamento	3.692	6.917	7.927
Contas pré-pagas / Cartões	898	1.687	1.744
Convênios operacionais	750	1.334	356
Atualização monetária de contingências - (Nota 19b)	155	318	557
Transações de pagamento	126	233	-
Contingências cíveis e trabalhistas - (Nota 19b)	-	-	1.294
Outras	27	418	1.850
Total	10.935	21.024	21.035

19. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

a) Ativos contingentes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, não existem processos classificados pela Administração como prováveis de realização.

b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais

- (i) Provisões cíveis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

As movimentações das provisões para contingências, ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências	2024				2023
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	1.790	1.450	208	3.448	1.750
Constituições / atualizações / (reversões)	152	(32)	(3)	117	1.851
Pagamentos	-	(484)	(182)	(666)	(154)
Saldo final – (Nota 9)	1.942	934	23	2.899	3.448

Depósitos judiciais	2024				2023
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial	-	(324)	(55)	(379)	358
(Constituições) / (atualizações) / reversões	-	(23)	(90)	(113)	170
Realizações	-	-	104	104	(148)
Saldo final – (Nota 6)	-	(347)	(41)	(388)	380

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

Em 31 de dezembro de 2024, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por:

- 4 processos trabalhistas totalizando R\$ 1.753 (4 processos – R\$ 352 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).
- 36 processos de natureza cível que somam R\$ 3.787 (26 processos – R\$ 944 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) referentes a ações do produto pagadora, e ações indenizatórias de danos materiais e morais.

Não existem processos administrativos em curso, por parte do Sistema Financeiro Nacional, que possam impactar, representativamente, o resultado e as operações da Rendimento/pay.

20. Resultado não Recorrente

Não tivemos resultado não recorrente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023.

21. Gestão de riscos

A área de Riscos é responsável pela definição dos princípios definidos na Declaração de Appetite a Riscos aprovada pela Alta Administração, em conformidade com a regulação prudencial emanada do Banco Central do Brasil e alinhada às melhores práticas, por meio da política de gerenciamento de riscos e capital, sempre na constante adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles. Esse processo se dá através do envolvimento da estrutura corporativa e do acultamento de toda instituição com a efetiva participação no monitoramento de riscos.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Risco Operacional

A gestão do risco operacional e de controles internos mantem-se sob estrutura e formato compatíveis com as atividades e rotinas realizadas da Rendimento/Pay, utilizando-se de processos eficazes de acompanhamento e ferramentas de apoio capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; praticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento.

Para a adoção desses controles, são aplicados procedimentos em conformidade com o arcabouço legal, através da construção de uma Matriz de Riscos e Controles, o que possibilita uma visão mais apurada da exposição ao risco operacional e seu alinhamento com planos de mitigação para aqueles que apresentam maior nível de exposição e possam comprometer a continuidade dos negócios e a reputação da Rendimento/Pay, além de sujeitar a instituição a sanções por parte dos órgãos reguladores e a possíveis reparações a terceiros.

O modelo de gestão é baseado nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos e Controles Internos e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração.

b) Risco de Mercado e Liquidez

A Gestão de Risco de Mercado e Liquidez é realizada de acordo com as disposições da Resolução nº 4.557/17, em ambiente corporativo, constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia e controle dos negócios da Rendimento/pay.

A gestão de risco de mercado adota as políticas internas e as diretrizes aprovadas pela Administração, através de controles eficientes capazes de identificar, monitorar e mitigar situações de riscos associados a perdas, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado.

No tocante à gestão de risco de liquidez os níveis de caixa são submetidos a contínuo acompanhamento e monitoramento diário, das posições ativas e passivas, em bases prudenciais, com a adoção de limites mínimos de liquidez, possibilitando que liquidações sejam realizadas em tempo hábil e de maneira segura.

c) Prevenção à "Lavagem" de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo

O Grupo Rendimento se solidifica como uma instituição preocupada e engajada na disseminação de conteúdo para combate aos crimes de lavagem de dinheiro e também, aos de financiamento ao terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, corrupção e quaisquer atividades ilícitas que visam causar prejuízos financeiros, jurídicos e de imagem ao Banco. Tal como ao monitoramento contínuo de operações de clientes, fornecedores e parceiros, visando à prevenção destas práticas.

Neste sentido, reforçamos o compromisso de sermos conscientes, engajados e diligentes na condução de nossos processos, em nossas atividades diárias. Sempre considerando as diretrizes publicadas por meio de nosso Código de Conduta e Políticas Regulatórias Internas.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

Destacamos ainda como parte do programa de gestão contínua de capacitação, a aplicação pelo Banco de Treinamento de PLD/FT a todos os colaboradores da Organização, com níveis diferenciados de profundidade de conteúdo, em função das responsabilidades atribuídas aos mesmos e com atualização periódica (reciclagem).

d) Risco Socioambiental

Os riscos sociais e ambientais decorrem dos impactos que uma atividade econômica possa exercer sobre a sociedade e o meio ambiente, através de práticas prejudiciais a interesses coletivos, como a exploração de trabalho em condições análogas à escravidão, o emprego infantil e a degradação do ecossistema e a exploração excessiva dos recursos naturais.

No contexto das instituições financeiras os riscos associados são, em sua essência, indiretos e emergem das relações com os clientes, por meio de atividades de financiamento e investimento e outras ligadas aos negócios, incluindo aquelas estabelecidas com a cadeia de fornecimento.

As ações de mitigação desses riscos são realizadas em conjunto com primeira linha de defesa, e com ênfase nos padrões éticos e de conduta internos e nas relações de trabalho. A esse conjunto de rotinas estão associadas as análises de Compliance na apuração dos riscos ligados a danos sociais e ambientais e climáticos, incorporando-se, com intrínseca relação, os riscos legais, tributários, de imagem e corrupção.

A Diretoria e gestores encontram-se comprometidos no processo e alinhados à política de riscos, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno.

e) Segurança da Informação

O Grupo Rendimento segue as regulamentações legais e prudenciais com a Implementação de mecanismos de roteção aderentes às melhores práticas e frameworks de segurança, visando a identificação, proteção e prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética.

A área de Segurança trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança da informação e cibernética a fim de mitigar os riscos e proteger a Instituição, parceiros e clientes de ameaças que possam comprometer a confidencialidade, autenticidade, disponibilidade e integridade das informações.

No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, o Grupo Rendimento encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas.

Semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023
(Valores expressos em milhares de reais)

22. Limites operacionais

O índice de Basileia atingiu 15,40% em 31 de dezembro de 2024 (13,70% em 31 de dezembro de 2023) apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/21, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial Rendimento.

23. Implementação das novas práticas contábeis determinadas nas Resoluções 4.999/21 do Conselho Monetário Nacional e 352/23 do Banco Central do Brasil, reconciliadas com as práticas adotadas em 31/12/2024.

A adoção das novas práticas contábeis, em conformidade com as Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 4.966/21 e do Banco Central do Brasil (BACEN) nº 352/23 e alterações posteriores, que tem por objetivo estabelecer conceitos e critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros e definir as diretrizes para o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) por instituições financeiras e outras entidades autorizadas a funcionar pelo BACEN, não apresentou impactos a serem considerados no patrimônio líquido da instituição.

A Administração

Silvio Cesar Ferreira
Contador
CRC – 1SP185135/O-0